Macroeconomia

Crise global em perspectiva

Rogério Mori*

A CRISE econômica global, que teve como marco de início a quebra do banco Lehman Brothers, em setembro de 2008, prossegue sem dar sinais de trégua. Desde os momentos mais agudos da crise daquele ano até agora, o cenário econômico mundial permanece de estagnação do crescimento do produto e um expressivo aumento do desemprego global.

Após os estágios iniciais, os governos agiram prontamente com o intuito de evitar o pior: o colapso completo do sistema financeiro mundial. No bojo desse processo, a política fiscal expansionista dos EUA ajudou a conter o processo recessivo em que a economia norte-americana ingressou e viabilizou alguma recuperação econômica naquele país. Mesmo assim, a economia americana claudica e não exibe o bom crescimento econômico verificado por vários anos durante a última década.

A situação europeia também não aponta maior otimismo. Desde a desaceleração do crescimento global, os países do continente já apresentavam desajustes nas contas públicas. Com o crescimento do desemprego, houve um agravamento maior da situação e o registro de uma aceleração brutal do endividamento público. Os mercados têm perdido a confiança de forma gradativa, e o resultado reflete nos elevados juros cobrados nos leilões de títulos de países europeus. Além das economias menores do euro, como Grécia, Irlanda e Portugal, outras economias importantes na região também são afetadas, em particular Itália e Espanha.

Nesse contexto, o centro das atenções nesse momento reside no continente europeu. Os pacotes de auxílio preveem ajustes fiscais de cunho contracionista. O resultado é maior aumento no desemprego em países como a Grécia e Portugal. Nesse sentido, o apoio popular a essas medidas diminui ao longo do tempo, pois as medidas exigem sacrifícios por parte da população, sem a ocorrência de uma retomada econômica mais robusta e diminuição no desemprego. Esse fenômeno possui repercussões políticas uma vez que falta de apoio popular reflete diretamente nos resultados das eleições.

O nó em que se encontra a Europa é de um caráter mais complexo em comparação com o norte-americano. A forçosa manutenção do pacote de ajustes pode levar a uma ruptura no euro, com consequências duras para os bancos na Europa e o sistema financeiro mundial. Por outro lado, aliviar os ajustes demandados no contexto do pacote representa um sinal negativo para os demais países do bloco e os mercados financeiros.

Inverter esse cenário não será fácil. O melhor para a Europa seria a retomada do crescimento econômico mundial em bases mais sólidas, sem permitir uma queda do desemprego nesses países. No entanto, como esse ainda parece ser um cenário muito pouco provável, é mais razoável esperar uma persistência da crise nos próximos meses.

Uma ruptura na Europa teria graves consequências não apenas para a Europa, mas também para a economia global. O sistema financeiro mundial atualmente é bem mais integrado em relação a algumas décadas atrás. Nesse sentido, o colapso de bancos europeus por conta de um *stress* afetaria as demais economias do globo.

Sob essa perspectiva, claramente o Brasil seria afetado mais uma vez, com a possibilidade de a cotação da moeda norte-americana registrar um movimento de forte alta nesse processo. De qualquer forma, o governo brasileiro conta com mais instrumentos que aqueles em mãos dos governos europeus e mesmo do governo norte-americano. Nesse contexto, a relação da dívida pública com produto nacional bruto no Brasil é relativamente baixa, assim como o ajustamento das contas públicas. Isso abre oportunidade para uma política fiscal expansionista caso seja necessário. Ao mesmo tempo, ainda existe espaço do lado dos juros para gerar novos estímulos à economia brasileira. Ainda assim, em uma perspectiva de *stress* global, é razoável supor que ocorra uma desaceleração econômica no Brasil. Esse não é um cenário tão improvável assim. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas